

Evolução Recente do Emprego e Desemprego: Regiões Metropolitanas e Interior

O crescimento do emprego, em especial dos empregos com carteira de trabalho assinada, tem-se intensificado a partir de 2004. Em 2006, entretanto, observa-se relativa estabilidade ou mesmo elevação da taxa de desemprego, apesar da continuidade da geração de empregos formais. Uma das razões para esse comportamento é a maior dinâmica na geração de empregos fora das regiões metropolitanas abrangidas pela principal pesquisa que apura a taxa de desemprego, a Pesquisa Mensal do Emprego (PME). Além disso, o fenômeno está relacionado à expansão da População Economicamente Ativa (PEA), em decorrência da diminuição do desalento e do desemprego precário, motivada pela maior oferta de trabalho e pelo aumento da renda real.

Nos últimos meses, as estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), têm mostrado expansão do emprego em intensidade mais forte do que a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa discrepância decorre, principalmente, das diferenças metodológicas entre os dois levantamentos, sobretudo as relacionadas à abrangência geográfica e aos segmentos considerados. Os dados do Caged consideram o contingente de empregados assalariados em todo território nacional, conforme informações prestadas pelas empresas empregadoras, por força da Lei 4.923, de 23.12.1965, que instituiu o registro permanente de admissões e dispensas de empregados. Os dados da PME são obtidos a partir de entrevistas em domicílios selecionados por amostra probabilística, em seis regiões metropolitanas – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife – e captam movimentos mensais do mercado de trabalho,

entre outros indicadores, tanto do segmento formal como informal.

Nos últimos anos, o mercado de trabalho tem mostrado maior dinamismo fora das grandes regiões metropolitanas do País, conforme evidenciam os dados de emprego do Caged. Em janeiro de 2002, as principais regiões metropolitanas – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Fortaleza, Recife, Salvador e Belém – detinham 42,8% do total de empregos formais do país, percentual que declinou para 41,4% em julho de 2006. Dos 5,3 milhões de empregos formais criados nesse intervalo de tempo, apenas 35,1% se concentraram nessas regiões.

Dentre os fatores que podem explicar a diferença de dinamismo entre as regiões metropolitanas e as outras regiões do País, destacam-se o desempenho da agropecuária, especialmente até 2004, e o processo de desconcentração geográfica da indústria brasileira. De acordo com dados do Caged, os dois setores foram responsáveis, conjuntamente, por cerca de 38,6% dos novos empregos gerados fora das grandes regiões metropolitanas, enquanto contribuíram apenas com 14,4% dos novos postos criados nessas regiões.

Em relação ao aumento recente da taxa de desemprego, deve-se ter em vista que o seu comportamento evidencia a trajetória das variáveis PEA e número de desocupados. Quando a geração de novos postos de trabalho se apresenta em número superior ao do aumento na PEA, verifica-se diminuição na taxa de desemprego, o que não vem ocorrendo nos últimos meses. O Gráfico 1 mostra o crescimento da PEA e dos ocupados, desde 2004.

O crescimento da PEA em patamar superior ao das ocupações pode estar associado a fatores estruturais, como a taxa de crescimento populacional ou a reformas na legislação do mercado de trabalho, e a fatores conjunturais, a exemplo do ingresso de pessoas no mercado de trabalho, seja em função da necessidade de aumentar a renda familiar ou em razão do estímulo proporcionado pelo aumento dos salários, com redução do emprego oculto, mas com aumento da taxa de desemprego aberto. Esse segundo efeito é típico de fases de recuperação cíclica da atividade econômica.

Gráfico 1 – Evolução da PEA e dos ocupados
% igual mês do ano anterior

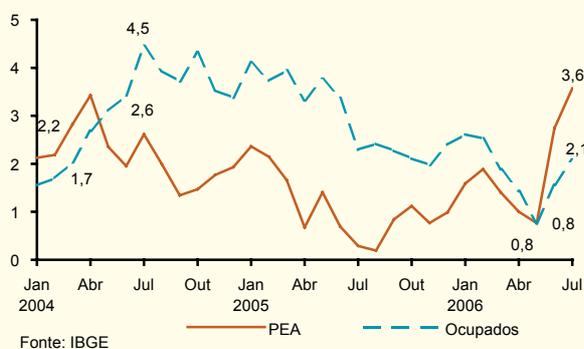


Gráfico 2 – Ocupados, rendimento médio e massa salarial real
% acumulado no ano

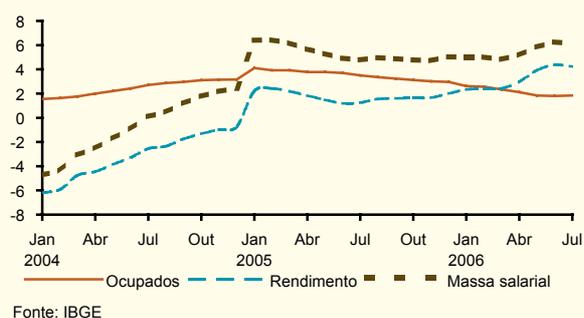
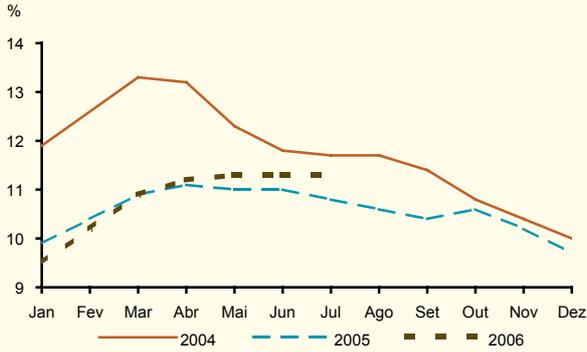
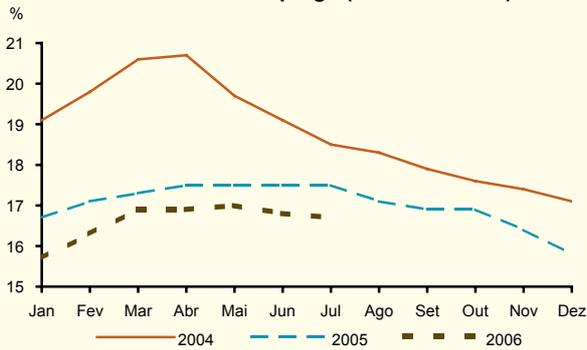


Gráfico 3 – Taxa de desemprego aberto



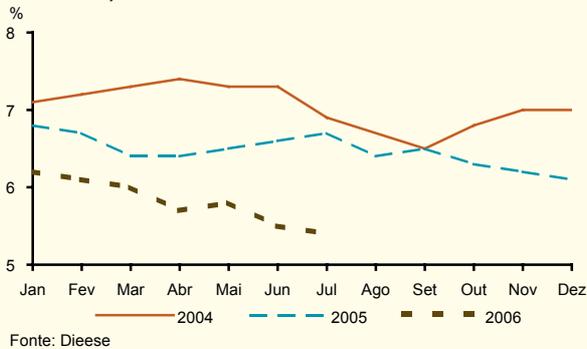
Fonte: Dieese

Gráfico 4 – Taxa de desemprego (aberto e oculto)



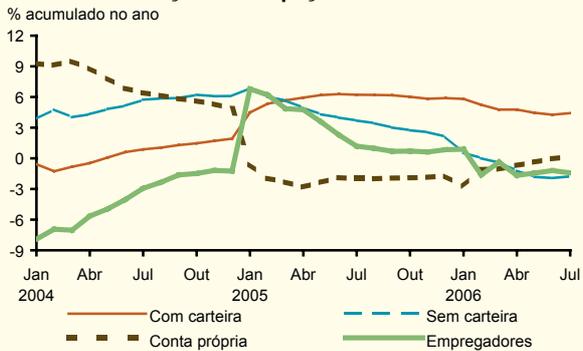
Fonte: Dieese

Gráfico 5 – Taxa de desemprego oculto (precário + desalento)



Fonte: Dieese

Gráfico 6 – Posição na ocupação



Fonte: IBGE

Apesar do possível efeito de fatores estruturais, o comportamento da taxa de desemprego em períodos recentes está associado, fundamentalmente, a fatores conjunturais, conforme sugerem, por exemplo, as taxas de crescimento da massa salarial real, de 4,2% em 2005 e de 6,2% nos sete primeiros meses de 2006, em relação aos períodos correspondentes dos anos anteriores.

Essa hipótese é fortalecida pelas estatísticas da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), juntamente com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), na região metropolitana de São Paulo. Os Gráficos de 3 a 5 evidenciam que a diminuição do desemprego oculto vem impactando a PEA, e, em consequência, a proporção de desocupados e a taxa de desemprego. Dados da PME em relação ao desalento também evidenciam esse processo. Em janeiro de 2003, a população desalentada representava 0,3% da PEA, proporção que se reduziu para 0,16% em julho de 2006. O mesmo processo se verificou na região metropolitana de São Paulo, com o desalento passando de 0,27% para 0,16% da PEA.

Há de se ressaltar, ainda, a qualidade dos empregos criados. De acordo com a PME, o percentual de empregados com carteira de trabalho assinada como proporção do número de ocupados passou de 45%, em janeiro de 2003, para 46,4%, em julho de 2006. A proporção dos ocupados sem carteira de trabalho permaneceu praticamente estável e houve redução na proporção dos empregados por conta própria.